

Reflexões sobre possibilidades de uma antropologia Guarani e Kaiowá – ou o que de antropologia indígena tem no que os índios escrevem?

Reflections on the possibilities of a Guarani and Kaiowá anthropology - or what of indigenous anthropology is there in what the Indians write?

Reflexiones sobre las posibilidades de la antropología Guaraní y Kaiowá - o ¿qué de antropología indígena tiene lo que los indios escriben?

Lauriene Seraguza
Levi Marques Pereira

Artigo de pesquisa. Editores: Carlos Dias Jr., Gilton Mendes dos Santos.

Data de envio: 2018-07-30. **Devolvido para revisões:** 2018-10-10. **Data de aceitação:** 2019-07-09

Como citar este artigo: Seraguza, L., Pereira, L.M. (2019). Reflexões sobre possibilidades de uma antropologia guarani e kaiowá – ou o que de antropologia indígena tem no que os índios escrevem? *Mundo Amazônico*, 10(2): 117-137. <http://dx.doi.org/10.15446/ma.v10n2.73795>

Resumo

Este artigo esboça um breve panorama sobre uma parcela dos trabalhos indígenas produzidos pelos Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul ou em regimes de colaboração com pesquisadores não indígenas procurando identificar em que medida eles nos trazem a percepção de uma antropologia indígena. A ideia da colaboração, iluminada pela de “pacto etnográfico” protagonizado de modo exemplar por Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015), nos faz refletir sobre o que caracteriza a colaboração e como ela pode ser percebida nos diálogos e traduções estabelecidos em torno dos escritos indígenas. Discutimos, ainda, como recurso de contraponto, pesquisas realizadas por indígenas de outras etnias, sem a pretensão de dar conta de toda antropologia indígena no Brasil, mas

Lauriene Seraguza: Antropóloga, Licenciada em Letras (UFGD), mestra em antropologia (PPGANT/UFGD) e doutoranda em Antropologia (PPGAS/USP). É pesquisadora vinculada ao Grupo de Pesquisa Etnologia e História Indígena (UFGD), Centro de Estudos Ameríndios (USP) e bolsista FAPESP Processo n. 2017/09129-7. seraguza@gmail.com Levi Marques Pereira: Antropólogo, graduado e licenciado em Ciências Sociais pela PUCCAMP, especialista em História da América Latina (UFMS), possui mestrado em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (1999), doutorado em Ciências (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (2004), pós-doutorado em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (2009) e pós-doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (2016). Atualmente é professor associado na Universidade Federal da Grande Dourados, onde leciona na Faculdade Intercultural Indígena (Licenciatura Intercultural Indígena - Teko Arandu) e participa dos programas de pós-graduação em Antropologia e História. Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 - CNPq. levipereira@ibest.com.br

buscando articulações com a produção de algumas pesquisas realizadas por Kaiowá e Guarani. Trata-se antes, de uma provocação às múltiplas possibilidades de percepções sobre a vida e as relações implicadas com multiversos, nos quais o pensamento indígena se exercita nos escritos indígenas a partir de articulações com o pensamento antropológico. Isto nos leva à questão central do presente texto: o que de antropologia indígena tem no que os índios escrevem? Na parte final do artigo inserimos uma reflexão sobre o viés de gênero, discutindo algumas pesquisas realizadas por mulheres kaiowá e guarani, e nos esforçamos para identificar diferenças nos temas e enfoques por elas adotados.

Palavras-chave: Autores indígenas; antropologia indígena; Kaiowá e Guarani.

Abstract

This article sketches a brief overview of a portion of the indigenous works produced by the Kaiowá and Guarani in Mato Grosso do Sul or in schemes of collaboration with non-indigenous researchers, trying to identify to what extent they bring us the perception of an indigenous anthropology. The idea of collaboration, illuminated by the “ethnographic pact” exemplified by Davi Kopenawa and Bruce Albert (2015), makes us reflect on what characterizes collaboration and how it can be perceived in the dialogues and translations established around the writings indigenous peoples. We also discussed as a counterpoint research carried out by indigenous peoples of other ethnic groups, without the pretension of accounting for all indigenous anthropology in Brazil, but seeking articulations with the production of some research carried out by Kaiowá and Guarani. Rather, it is a provocation of the multiple possibilities of perceptions about life and the relationships involved with multiverses, in which indigenous thought is exercised in indigenous writings from articulations with anthropological thinking. This leads us to the central question of the present text: what of indigenous anthropology has in what the Indians write? In the final part of the article we inserted a reflection on the gender bias, discussing some researches carried out by Kaiowá and Guarani women, and we strive to identify differences in themes and approaches adopted by them.

Keywords: Indigenous authors; indigenous anthropology; Kaiowá and Guarani.

Resumen

Este artículo esboza un breve panorama sobre una parte de los trabajos indígenas producidos por los Kaiowá y Guaraní en Mato Grosso do Sul o en esquemas de colaboración con investigadores no indígenas, buscando identificar en qué medida aportan a la percepción de una antropología indígena. La idea de la colaboración, ilustrada por la de “pacto etnográfico” protagonizada de modo ejemplar por David Kopenawa y Bruce Albert (2015), nos hace reflexionar sobre lo que caracteriza la colaboración y cómo puede ser percibida en los diálogos y traducciones establecidos en torno a los escritos indios. En el presente trabajo se analizan los resultados de las investigaciones realizadas por indígenas de otras etnias, sin la pretensión de dar cuenta de toda la antropología indígena en Brasil, pero buscando articulaciones con la producción de algunas investigaciones realizadas por los Kaiowá y Guaraní. Se trata de una provocación a las múltiples posibilidades de percepciones sobre la vida y las relaciones implicadas con multiversos, en los cuales el pensamiento indígena se ejerce en los escritos indígenas a partir de articulaciones con el pensamiento antropológico. Esto nos lleva a la cuestión central del presente texto: ¿qué de antropología indígena tiene lo que los indios escriben? En la parte final del artículo insertamos una reflexión sobre el sesgo de género, discutiendo algunas investigaciones realizadas por mujeres kaiowá y guaraní, y nos esforzamos para identificar diferencias en los temas y enfoques por ellas adoptadas.

Palabras clave: autores indígenas; antropología indígena; Kaiowá y Guaraní.

Os Kaiowá e Guarani frente ao mundo letrado

Os Guarani totalizam aproximadamente 280 mil indivíduos na América Latina. No Brasil, são 85 mil e, no Mato Grosso do Sul (MS), cerca de 60 mil Kaiowá e Guarani Nandeva, ocupando 57 terras indígenas, distribuídas em aproximadamente 80 aldeias, além dos que vivem em situação urbana¹.

A população atual Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul está dividida em diversas áreas com situações fundiárias e organizacionais distintas. Existem as áreas reservadas, que são as criadas pelo Serviço de Proteção aos Índios – SPI entre os anos de 1915 e 1928, conhecidas como reservas, bem como existem áreas em situações jurídicas distintas, fruto de reivindicação deste povo indígena.

A partir dos anos 80, com as reservas superpopulosas limitando a realização do *ñandereko* – nosso modo de ser kaiowá e guarani, e cerceados pelas cercas das fazendas e pela regulação do Estado de circular livremente por seu território, começam a retornar aos territórios de ocupação tradicional, de onde foram expulsos ao longo do século e “confinados” nas reservas (Brand, 1997). O ato de retorno é conhecido entre os kaiowá e guarani como *retomadas*². As *retomadas* impuseram uma demanda territorial ao Estado, impingindo-o ao cumprimento do artigo 231 e 232 da Constituição Federal que preveem a demarcação das terras indígenas no Brasil. Diante disto, a Fundação Nacional dos Índios (FUNAI) implementou um tímido processo de identificação de terras kaiowá e guarani em Mato Grosso do Sul, que se intensificou a partir de 2007 com a assinatura de um Compromisso de Ajustamento de Conduta (CAC) entre lideranças indígenas, Ministério Público e FUNAI, prevendo a continuidade e a finalização da demarcação das terras kaiowá e guarani, o que não aconteceu até o momento.

Desde a promulgação da Constituição Federal, e frente às demandas indígenas por demarcação das terras indígenas, a presença e circulação de antropólogos e antropólogas, a serviço do Estado ou não, no Mato Grosso do Sul se tornou frequente, ora visto como aliados, ora vistos como inimigos, a depender da perspectiva. Durante os trabalhos antropológicos, as conversas travadas entre pesquisadores e interlocutores indígenas se davam no âmbito da comunicação e compreensão, coisa rara entre os profissionais de outras áreas que atuam entre eles, cuja relação tende a ser autoritária e até hostil. Vários indígenas letrados passaram a ter interesse crescente na antropologia, devido à intensa relação que desenvolveram com alguns antropólogos, curiosos por conhecerem o campo de atuação desses profissionais que se esforçam por ouvir os índios.

Nas reservas implantaram-se escolas desde as primeiras décadas do século XX. Isto fazia parte da estratégia integracionista do Estado. Em virtude disto, a relação dos Kaiowá e Guarani com a escola já é centenária em Mato Grosso do Sul. A experiência com as universidades e cursos de formação de professores é mais recente, iniciaram há cerca de 20 anos. As demandas por formação superior inspiraram a organização de um forte movimento de professores entre os Kaiowá e Guarani, que deu início, a princípio, a um curso de formação de professores em nível médio, o Ara Vera. E, em 2006, iniciou-se a construção de um projeto político pedagógico de um curso de licenciatura específica

guarani e kaiowá que o movimento de professores apresentou à Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). O projeto foi aceito e caminhou para a construção da Faculdade Intercultural Indígena (FAIND - UFGD). De modo crescente, os Kaiowá e Guarani passaram a acessar também o sistema de cotas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e cursos regulares de instituições públicas e privadas. Na última década, a demanda chegou à Pós-Graduação *stricto sensu*.

Atualmente, entre os Kaiowá e Guarani há aproximadamente vinte pesquisadores pós graduados, entre mestrado e doutorado³, problematizando questões já enunciadas por Gallois, Testa, Ventura & Braga (2016) como “a crescente apropriação, por parte de sujeitos indígenas, das ferramentas de produção de conhecimento acadêmico-científico, experimentada no seio das inúmeras modalidades de participação na educação superior” (p.10). Esta relação com as universidades aproximou muitos Guarani e Kaiowá da disciplina de Antropologia, podendo trabalhar e conviver com antropólogos professores nestas instituições e ter a possibilidade de conhecer a disciplina e tornarem-se antropólogos e antropólogas também, bem como ter formação em distintas áreas de atuação que não antropologia. Esta tendência de interesse dos indígenas por distintas áreas do conhecimento, parece não se restringir aos Kaiowá e Guarani:

[...] embora seja crescente o envolvimento de pesquisadores indígenas no âmbito de programas de graduação e pós-graduação e em iniciativas de pesquisa promovidas por políticas públicas ou ONGs, essas novas experiências de criação e circulação de conhecimentos nem sempre se desenvolvem no campo da antropologia. Alunos indígenas ingressantes no ensino superior não procuram necessariamente os cursos de antropologia. Nem, tampouco, o contato frequente desses pesquisadores indígenas com antropólogos (nas aldeias ou nas universidades), resulta no desejo de se tornarem antropólogos (Gallois et al., 2016, p. 11).

De todo modo, parece haver um interesse maior dos Kaiowá e Guarani na Antropologia, talvez resultado da grande número de estudos de identificação de terras e perícias fundiárias, mas também ocorre o interesse por outras disciplinas. A UFGD formou um número expressivo de pesquisadores indígenas em nível de graduação na última década⁴. O curso de Licenciatura Intercultural Indígena oferece formação diferenciada e específica aos povos kaiowá e guarani e possibilita a habilitação em quatro áreas distintas: linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas. Nesta última, a presença de antropólogos não indígenas e outros profissionais de áreas afins contribuiu para consolidação de uma prática antropológica produzida em regime de colaboração com os Kaiowá e Guarani. Muitos dos trabalhos de conclusão de curso se valem dos referenciais teóricos e metodológicos da antropologia, que se apresenta como uma disciplina receptora da presença indígena enquanto produtora e formuladora de conhecimento, a partir da proposta de ensino com pesquisa, como ficará

mais evidente nas colocações introdutórias de alguns trabalhos de pós-graduação produzidos por indígenas que vamos expor a seguir.

A entrada de pesquisadores indígenas na pós graduação, especificamente nos cursos de ciências humanas com pesquisadores voltados para a temática indígena, marca um momento novo na produção acadêmica e antropológica no Mato Grosso do Sul. A antropologia produzida pelos Kaiowá e Guarani se insere num movimento que acontece simultaneamente em várias partes do mundo e que tem chamado a atenção de praticantes da disciplina, que inspiram formulações como a proposta por Wagner (2010) da possibilidade de uma antropologia reversa. Para o autor, a antropologia reversa é uma expressão que serve para designar características da antropologia praticada por outras sociedades. Ela seria reversa por ter a potência de explicitar para nós, antropólogos ocidentais que estudamos sociedades não ocidentais, os mecanismos, inspirações e instrumentos teóricos e metodológicos por nós empregados, nem sempre de modo consciente ou evidenciado (pp. 67-72).

Strathern (2014) propõe que este tipo de antropologia seria marcada por uma autoantropologia. Nesse sentido, vale lembrar que pesquisadores indígenas estão entrando no debate sobre as características da antropologia que produzem, a exemplo de Mutua Mehinaku quando afirma que “A antropologia reversa do nativo não é a auto-antropologia do antropólogo, já que os conceitos e as relações estabelecidas entre eles são diferentes” (2010, p.12), e sua pertinente indagação de “Como é possível fazer antropologia em casa quando a antropologia é da casa dos outros?” (2010, p.13).

Mas, que antropologia tem sido feita pelos pesquisadores e pesquisadoras Guarani e Kaiowá? Como se relacionam com a disciplina antropológica em suas pesquisas acadêmicas? O quanto de si e do outro produzem ao tecer suas narrativas? E mais, considerando a posição dos autores do presente artigo, envolvidos na formação de pesquisadores indígenas, qual parcela da colaboração teriam de assumir nos escritos indígenas e com os escritos indígenas?⁵ Qual deveria ser a natureza dessa colaboração? O quanto de antropologias “da academia”, como afirmam alguns estudantes indígenas, teria nas antropologias indígenas? O quanto de antropologia indígena existiria nos escritos compartilhados? Quais as condições para se exercitar um “pacto etnográfico”?

Vale destacar que “pacto etnográfico” é um termo forjado por antropólogos em distintos contextos onde se busca uma interação mais profunda e consequente com os interlocutores no universo da pesquisa etnográfica. A expressão adquiriu uma precisão conceitual bem delineada no trabalho de Albert e Kopenawa (2015) e se refere aos processos e negociações que envolveram a presença do antropólogo Bruce Albert em campo, o compartilhamento da pesquisa com o indígena Davi Kopenawa, a seleção dos materiais que compuseram a análise e o modo como se deu a textualização.

O uso que fazem explicita a integração do antropólogo francês ao cotidiano de produção e reprodução social do grupo no qual estudou, com profundas implicações políticas, envolvendo a sua inserção e comprometimento nos dilemas sociais compartilhados com o autor indígena e com o próprio povo. Tem, ainda, implicações literárias envolvendo o engajamento compartilhado na construção do texto.

As questões formuladas anteriormente são de difíceis respostas. Não pretendemos respondê-las aqui, apenas usá-las como pretexto para refletir sobre as inspirações que nos faz assumir posicionamentos frente ao que viemos considerando enquanto antropologia indígena. Isto nos permite, perceber este “fenômeno” configurado enquanto “rede de relações” (Gallois et al., 2016), pois remete a uma série de colaborações, anunciadas ou não, no decorrer das produções acadêmicas escritas dos Kaiowá e Guarani. Tais colaborações geram impactos ainda não apropriadamente dimensionados pela disciplina, pois é preciso compreender melhor “em que medida a presença de indígenas na academia contribui, não apenas para tornar o acesso ao ensino superior e à pesquisa no país mais democrático, mas também para alargar os horizontes teóricos e metodológicos de disciplinas como a antropologia?” (Gallois et al., 2016, p.12).

Nas esteiras destes alargamentos, não podemos deixar de notar como as trajetórias pessoais aparecem como ponto de partida de praticamente todos os trabalhos, configurando uma “peculiaridade do fazer antropológico por indígenas”, que “explicitam a própria trajetória de vida como (parte da) metodologia utilizada na pesquisa.” (Gallois et al., 2016, p.16). As narrativas sobre as trajetórias pessoais explicitam o próprio processo de transformação no qual se engajou o pesquisador indígena. No caso dos Kaiowá e Guarani, isto tem se dado numa relação intensa com o seu próprio sistema de conhecimento – *ava reko* – e também com o sistema de conhecimento não indígena – *karai reko* –, resultando num movimento de experimentação, entrecruzamentos e aprendizagens. É essa a metodologia, por excelência, que dirige a caminhada da escrita, remetendo a seleção de interlocutores e colaboradores, humanos e não humanos, acadêmicos e não acadêmicos.

Antropologias indígenas e regimes de colaboração

Considerando as produções acadêmicas elaboradas neste contexto entre os Kaiowá e Guarani, destacamos os trabalhos de mestrado e doutorado de Tonico Benites (2009, 2014), e as dissertações de Izaque João (2011), Eliel Benites (2014), Clara Barbosa de Almeida (2018) e Valdelice Veron (2018)⁶.

Todos os autores aqui apresentados tem na escola um momento marcante de mudança de vida, de saída e retorno para as aldeias, por meio da ida para estudar na missão, na cidade e a (re)descoberta do sistema de conhecimento

indígena, sobre o qual se projeta uma nova percepção. Trata-se de formas de acesso ao “mundo do branco”, de uma reação frente a uma percepção da história como passado, mediada por meio da academia, que produz, a partir da escrita, versões de histórias, autoafirmações. Essa experiência recorrentemente traumática pode ser percebida como um marcador na relação com o não indígena e possíveis colaborações. Também se poderiam traçar paralelos com a viagem xamânica, deslocamentos que produzem transformações, tanto no sujeito como no mundo.

A dissertação⁷ de Tonico Benites, antropólogo Kaiowá, traz uma reflexão sobre a instituição escola. Elaborada no curso de Antropologia do Museu Nacional da UFRJ, sob a orientação de João Pacheco de Oliveira, defendida em 2009, é intitulada como “A Escola na Ótica dos Ava Kaiowá: Impactos e Interpretações Indígenas”. Já em seus agradecimentos, percebe-se uma preocupação com as possíveis consequências que poderiam ocorrer com o seu acesso ao “mundo dos brancos”, mas, nas linhas que se seguem, reafirma o compromisso com o seu povo. A inserção de Tonico Benites na pesquisa é por ele atribuída à presença de um casal de antropólogos de quem foi informante quando eles realizavam pesquisa de campo entre os Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul. Junto à eles, Tonico estende os agradecimentos a um outro antropólogo que o conheceu desde criança (Benites, 2009, pp.5-6). Estes pesquisadores acompanharam o antropólogo kaiowá desde a sua formação de graduação, em Pedagogia-Normal Superior, pela UEMS, como orientadores de seus trabalhos.

Na dissertação, Benites analisa “as divergências e conflitos entre a educação kaiowá realizada pelas famílias extensas e a escola formal introduzida nas aldeias” (Benites, 2009, p.9) e, para isto, inicia com sua história de vida, como Ava Kaiowá atuante no movimento político guarani e kaiowá, incluindo a sua trajetória e formação acadêmica. Conta que nasceu e cresceu na Reserva Indígena Sassoró e que estudou na sede da Missão Evangélica Caiuá, no começo dos anos 80. Desde 1990, está envolvido na articulação política da *Aty Guasu* (assembleia geral dos Guarani de MS), em diálogo com os *Ñanderu* (xamãs) e lideranças das famílias que estão na luta por recuperação de suas terras (Benites, 2009, pp.12-13). O antropólogo reconhece a importância de seu trabalho e o vê reconhecido por sua comunidade “sobretudo de ser o próprio indígena capaz de narrar a sua história e compreender a sua cultura” (Benites, 2009, p.13). Ele explica sua relação com a antropologia da seguinte forma,

Desde criança ouvia e participava de conversas sobre o “*karai* antropólogo”, ouvindo os mais idosos afirmarem que um dos *karai* que mais ouvem e respeitam o nosso modo de ser e viver (*ñande reko*) é o “*karai antropólogo kuera*”. Os Kaiowá acreditam e confiam no antropólogo, que é sempre lembrado como uma pessoa *karai* que é capaz de dar a atenção merecida e colaborar na busca de soluções possíveis, conforme as demandas e os interesses reais das famílias kaiowá (Benites, 2009, pp.15-16).

Partindo da perspectiva positivada de Benites, da boa relação com o antropólogo, vemos em seu trabalho uma colaboração estreita com o arcabouço metodológico e especialmente teórico utilizado em sua escrita, isto é anunciado em sua dissertação, quando ele relembra que: “Inicialmente, fui tradutor e informante dos antropólogos que realizavam identificação de terras indígenas. Alguns destes se tornaram meus amigos, e em várias ocasiões me estimularam a analisar e refletir criticamente sobre a interferência do Estado na vida dos indígenas” (Benites, 2009, p.12). Se isto é anunciado na dissertação, na tese aparece efetivado.

Tonico Benites reforça e testa algumas teorias dos antropólogos que inspiraram sua formação, como as concepções acerca do “Capitão”, a do “*tekoha guasu*”, “*pegua*” em sua tese de doutorado, intitulada “*Rojeroky hina ha roike jevy tekohape* (Rezando e lutando): o movimento histórico dos *Aty Guasu* dos Ava Kaiowá e dos Ava Guarani pela recuperação de seus *tekoha*” (2014). Seu doutorado foi realizado na sequência de seu mestrado, com o mesmo orientador e instituição, e defendida em 2014. A tese é dedicada a refletir sobre os processos de lutas pela garantia dos direitos territoriais guarani e kaiowá e suas estratégias de recuperação territorial, a partir de quatro casos específicos, as lutas pelos *tekoha* Jaguapiré, Potrero Guasu, Ypo’i e Kurusu Amba, localizadas na bacia do rio Iguatemi.

Benites se dedica a pensar a luta pela recuperação dos territórios de ocupação tradicional kaiowá e guarani como estratégia de conexão e solidariedade mútua “fortalecendo sob a direção dos líderes espirituais (*ñanderu/oporaíva* e *ñandesy*) no seio do *Aty Guasu* os seus laços com os espíritos protetores da natureza e de seu cosmos; procedendo a reocupação de seus territórios, visando realizar as condições do ‘bom viver’” (T. Benites, 2014, p.4). Tendo como foco etnográfico, as *Aty Guasu*, as grandes assembléias intercomunitárias, percebida como “formas de resistências indígenas no movimento da luta pela recuperação dos seus *tekoha*” (T. Benites, 2014, p.4), o autor analisa os conflitos fundiários entre os Kaiowá e Guarani e os fazendeiros *karai*, a partir da relação deste povo indígena com o Estado. O ponto privilegiado é a perspectiva indígena dessa luta, na qual a reza, a política e o parentesco são fatores fundamentais.

Algo similar, no sentido colaborativo, se dá entre a dissertação de Eliel Benites, orientado inicialmente por Antônio Brand e, com o falecimento deste, concluída sob a orientação de Adir Casaro do Nascimento, sendo a pesquisa desenvolvida em estreita colaboração com o grupo de pesquisadores articulados em torno do Núcleo de Pesquisa de Populações Indígenas da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Nos agradecimentos de sua dissertação, chama a atenção para o processo colaborativo que caracteriza a produção acadêmica. Sua trajetória é marcada pela convivência intensa com Antônio Brand, historiador de formação que atuou por mais de vinte anos na

Reserva Indígena onde nasceu Eliel, tendo importância efetiva em seu percurso acadêmico e proporcionando a este muitos encontros com a antropologia e diálogos com antropólogos que marcam seus trabalhos. Eliel Benites atribui a estes encontros o “encantamento⁸” com a construção da educação escolar indígena na Reserva Indígena Te’ýikue. Foi aluno da primeira turma do Curso de Formação de Professores Ara Vera e da Licenciatura Indígena Teko Arandu, tendo o seu processo de formação diferenciado e em consonância com as especificidades kaiowá. É habilitado em Ciências da Natureza pela Licenciatura Intercultural Guarani e Kaiowá da UFGD.

Eliel Benites foi o primeiro professor kaiowá de sua aldeia. Sua dissertação intitulada “*Oguata Pyahu* (Uma Nova Caminhada) no Processo de Desconstrução e Construção da Educação Escolar Indígena da Aldeia Te’ýikue” (2014), defendida em 2014, aborda “o processo de desconstrução e reconstrução da Educação Escolar Indígena na Reserva Indígena Te’ýikue, buscando compreender como os processos próprios de ensino e aprendizagem são contemplados, favorecendo, dessa forma, maior aproximação e diálogo com os conhecimentos tradicionais” (E. Benites, 2014, p.5). Neste sentido, articula conceitos kaiowá com um arcabouço teórico dos Estudos Culturais e Pós-coloniais, linha à qual estava vinculada sua pesquisa, para descrever a presença da escola e a transformação na organização social e nas relações entre o Estado e os Kaiowá.

Gallois et al., refletindo sobre antropologia indígena a partir dos postulados propostos por Eliel Benites, destacam as articulações feitas por ele para chegar ao *Arandu Rupa* como episteme kaiowá e suas conexões entre a caminhada, a novidade, os princípios de coletividade e espiritualidade e apontam sua pesquisa como “experimentos de tradução que conectam de maneira muito criativa categorias do pós-colonialismo com categorias do pensamento local” (Gallois et al., 2016, p.16). Discutindo a dissertação de Eliel Benites os autores sublinham que:

[...] chamamos atenção para um aspecto que pode indicar outra peculiaridade do fazer antropológico por indígenas: a constante explicitação por eles da própria trajetória de vida como (parte da) metodologia utilizada na pesquisa. Eliel Benites descreve o modo com que seu engajamento no movimento de professores kaiowá e guarani provocou uma mudança de atitude diante da educação tradicional que recebeu na infância: de uma rejeição ou negação ocasionada pelas interações hostis e discriminatórias com o entorno não indígena, passou a «retomar, (re) valorizar e visualizar os elementos tradicionais que estava, aos poucos, deixando de lado» (2014: 60). (Gallois et al., 2016, p.16).

Para Eliel Benites, essa “(re)valorização” passa pela redescoberta da capacidade de se encantar com o conhecimento indígena. Defendida na aldeia, como uma tentativa de aproximar os saberes e os mundos, sua dissertação foi a segunda a ter esse caráter de assembleia na defesa; a primeira, foi a

de Izaque João, historiador kaiowá. Atualmente, Eliel Benites pesquisa as *retomadas* kaiowá no doutorado que realiza no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD.

Izaque João vem de um processo de escolarização muito próximo à missão, mas pertence a uma família de rezadores kaiowá prestigiosos. Licenciado em Pedagogia por uma universidade particular em Dourados, a UNIGRAN, fez um curso regular e não diferenciado. Já como professor em sua aldeia de origem, Panambi, João adentrou o Mestrado em História na UFGD, sem nenhum tipo de ação afirmativa e sob a orientação do professor Jorge Eremites de Oliveira.

Intitulada “*Jakaira Reko Nheypyrũ Marangatu Mborahéi*: origem e fundamentos do canto ritual *Jerosy Puku* entre os Kaiowá de Panambi, Panambizinho e Sucuri’y, Mato Grosso do Sul” (2011), a dissertação de Izaque João se vale da etnografia para tratar de um tema bastante específico entre os Kaiowá, a saber, os cantos e rezas relacionados ao ritual do batismo do milho branco, produto agrícola dotado de valor simbólico entre este povo. O autor destaca que esse ritual torna o milho:

[...] apto para ser consumido socialmente, também servindo como forma de reafirmação do modo de ser kaiowá e para o fortalecimento das relações sociais entre membros de uma mesma comunidade e aliados de outras comunidades indígenas. Além disso, também serve para a reprodução física dos Kaiowá, sobretudo no sentido de perpetuar a continuidade do povo e o nascimento de crianças sem qualquer tipo de anomalia, e para manter o equilíbrio de elementos climáticos, como a chuva, imprescindível para as práticas agrícolas tradicionais (João, 2011, p.10).

Em regime de colaboração anunciada, especialmente com a memória de seus antepassados e compromissado com sua comunidade de Panambi, João alerta que “na condução deste trabalho procurei honrar tudo que diz respeito ao *mborahéi* e *nhẽmbo’e* (cânticos e ensinamentos), sobretudo a história kaiowá dentro do contexto sociocultural do qual faço parte” (João, 2011, p.6). Izaque João explica que este trabalho é fruto de pesquisa junto aos seus parentes de 2009 a 2011, participando dos rituais nas três aldeias recortadas para foco etnográfico e no diálogo estreito com rezadores de sua parentela.

Com o refinamento de um grande conhecedor dos cantos e rezas kaiowá, João apresenta um circuito de cantos relacionados à vida kaiowá, dando ênfase aqueles utilizados no batismo do milho, mas também no batismo dos meninos e nos cantos de diversão. O interesse por aspectos tão valiosos da vida kaiowá vem de uma percepção de diminuição destes rituais e do envelhecimento dos conhecedores destes cantos, o que pode ser percebido a partir de sua trajetória de vida narrada nas páginas de sua dissertação. Sua pesquisa situa-se no esforço de pensar uma política cultural kaiowá e o registro escrito dos cantos se orienta por essa preocupação.

As colaborações na produção acadêmica, com não indígenas, parentes indígenas, espíritos e antepassados, percebidas como antropologia indígena, não são uma exclusividade dos Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul. Ao contrário, compõem um cenário de produção de antropologia indígena que acontece em várias partes do mundo. No artigo de Augusto Ventura e Luiz Eloy Terena, em colaboração declarada e que nos aparenta ser um bom exercício de pacto etnográfico, os dois autores, então acadêmicos de pós-graduação, assinalam que a produção se trata de uma “escrita a quatro mãos”. Abordando o tema dos “Terena e o ensino superior indígena no MS”, os autores destacam o caráter participativo da produção expressado na reprodução e análise do ponto de vista de diversos sujeitos terena cujas reflexões são pontos norteadores, pois suas histórias de vida representam pontos distintos de se relacionar com a instituição escolar, foco do trabalho.

O artigo está estruturado a partir de uma estratégia narrativa, escrito numa única voz, em terceira pessoa, onde seus pontos de vistas individuais são devidamente marcados. No item “os autores e a parceria acadêmica”, os pesquisadores se apresentam e datam sua parceria, iniciada em 2011 com o trabalho de campo de Ventura para o mestrado. Este texto é pensado como um experimento de autoria conjunta, em que as quatro pessoas que expõem suas histórias de vida são novos interlocutores de Augusto e conhecidos de “longa data” de Eloy (Eloy & Ventura, 2015, p.487).

No Amazonas temos o exemplo da dissertação de João Paulo Lima Barreto, em que Gilton Mendes foi orientador e o pai de João Paulo, Ovídio Barreto, o co-orientador, no curso de Antropologia na UFAM em 2013. O pai do pesquisador aparece também como interlocutor privilegiado da pesquisa e necessário para a conclusão do trabalho, cuja presença foi fundamental para desfazer equívocos (principalmente de traduções e concepções) e más interpretações sobre os “peixe-gente” no Alto Rio Negro.

Intitulada “*Wai-Mahsã*: peixes e humanos: Um ensaio de Antropologia Indígena”, a dissertação é apresentada por Barreto como um “[...] estudo feito “por dentro” do conhecimento, isto é, feito por um indígena estudante de Antropologia que lança mão do conhecimento antropológico para explorar uma “visão indígena” sobre o sistema de saberes e práticas Tukano” (Barreto, 2013, p. 13). É a partir destas reflexões que João Paulo Barreto pensa num “anti-método” que contemplasse o pensamento indígena e em uma “antropologia yo-yo”, em referência a suas idas e vindas nas reflexões entre conhecimentos indígenas e não indígenas. Após a defesa de sua dissertação, Barreto e Mendes publicam um texto conjunto, declaradamente colaborativo.

O texto, “De peixes e Homens: por uma outra antropologia” (Barreto & Gilton, 2015), publicado em 2015 pela *Le temps modernes*, apresenta e reflete a metodologia de trabalho utilizada por João Paulo Lima Barreto durante a escrita de sua dissertação. Esteticamente, a construção do texto é bastante

singular. Destacada em letras itálicas, a fala de João Paulo é bastante marcada frente à fala de Gilton Mendes. Inicialmente, os autores se apresentam e falam de sua parceria, para então entrarem na reflexão sobre a produção do texto, bastante implicada na apresentação.

Já a dissertação de Mutua Mehinaku, produzida sob a orientação de Bruna Franchetto, no curso de pós-graduação em Antropologia do Museu Nacional/UFRJ em 2010, intitulada “*Tetsualii*: pluralismo de línguas e pessoas no Alto Xingu” (2010), o autor traz uma percepção “da formação plurilíngue e multicultural dos povos indígenas do Alto Xingu (Mato Grosso). O conceito central do trabalho é expresso pela palavra *kuikuro tetsualii*, ‘mistura, misturado’, no que diz respeito a línguas, histórias coletivas e individuais” (2010, p.ix).

Mutua se apresenta como “o resultado de mudanças ocorridas nos últimos 20 anos no Alto Xingu, o resultado da chegada da escola e da escrita” (2010, p.1). Ele afirma que, desde criança, passou por experiências de desejos e violências com a educação escolar indígena. Optou, então, por segui-la a permanecer como seus pais queriam, “em reclusão para tornar-se um *ikindoto*, campeão de luta *ikidene*” (Mehinaku, 2010, p.2). Mutua atribuiu à presença de Bruna Franchetto, sua orientadora, a sua inspiração em pesquisar sua própria língua e afirma que,

Quando Bruna ficava na aldeia Ipatse para fazer a sua pesquisa, eu a acompanhava ajudando-a na tradução das palavras *kuikuro*; enquanto isso, anotava alguma coisa que ela explicava para mim e também tirava minhas dúvidas de português. Assim trabalhávamos juntos, ensinando um ao outro. (Mehinaku, 2010, p.7).

Todavia, Mehinaku reconhece os limites de sua tradução. O autor reflete que a tradução, seguindo as elaborações de Eduardo Viveiros de Castro, tem sempre equívocos, “pois o tradutor é sempre vítima das limitações de sua própria língua.” (2010, p.12), afirmando, ainda, que “[...] Muitas palavras são difíceis de traduzir em português, muitas vezes o conhecimento contido dentro de uma palavra (*aki*) é quase impossível de ser explicado em outra língua.” (2010, p.15).

O lugar da tradução aparece como preocupação constante em todos estes trabalhos. João Paulo Barreto se preocupa em “Não traduzir” e lidar com os equívocos, propondo e contrapondo outras versões às traduções dos conceitos indígenas por antropólogos não indígenas, partindo de uma “compreensão interna”, de compreensões cosmológicas (Mendes & Barreto, 2011) ou, ainda, da escrita-tradução como lugar de transformação mítica (Barreto, 2013).

Mas, o que de antropologia indígena tem no que os índios escrevem e o quanto de influência das antropologias não indígenas há nas antropologias indígenas? Em que medida os procedimentos acadêmicos se impõem,

definindo em larga medida o que conhecer e como conhecer? Uma pista para entender melhor estas perguntas, parece ser a centralidade do sujeito na experiência de se relacionar com o conhecimento.

O que de antropologia indígena tem no que os índios escrevem ou sobre uma antropologia indígena feita por mulheres

Se a antropologia indígena se propõe a outras possibilidades etnográficas, e se de fato pode ser construída enquanto alternativa epistêmica, é preciso levar em consideração o que enunciam Gallois et al.:

Trata-se de poder falar de trabalhos produzidos por indígenas, sejam em autoria solitária ou em colaboração com antropólogos não indígenas, sem o pressuposto de que esses trabalhos sejam entendidos como dados objetivos sobre os quais podemos à distância elucubrar sobre eles. E sim como alternativas epistêmicas, no sentido de que também estão interessados em colocar perguntas sobre a possibilidade de uma antropologia indígena no país (Gallois et al., 2016, p.13).

Mas, como pensar uma antropologia indígena com o reconhecimento de uma maneira muito específica de lidar com os equívocos antropológicos inevitavelmente ensinados na academia aos índios? Como algo inevitável, deve ser algo que merece ser meditado, de modo a dar realce as distintas formas de lidar com tais equívocos. Um desses equívocos parecer ser a recorrência de abordagens etnográficas focadas na experiência social dos homens. Em que medida a antropologia indígena produzida atualmente pode reproduzir padrões, linhagens, discursos esperados, estilísticas homogêneas, incidentemente marcada pelo *male bias*? A antropologia produzida por mulheres indígenas escaparia a algumas dessas tendências? O ponto de vista que elas trazem para o papel se aproximaria mais de outros campos da experiência social, talvez menos focado na interface com o mundo não indígena e mais voltado para as práticas, cuidados, relações geracionais e outras questões voltadas para o fluxo do cotidiano? Nos defrontaríamos aqui com um *female bias*?

Mas por que isto importa? Voltamos aos Guarani. Pode-se identificar uma expansão de equívocos antropológicos percebidos ao longo do tempo, nas relações com estes indígenas e o modo de acesso aos seus universos sociais. Significativa alteração parece se dar quando a etnografia sobre indígenas é produzida por antropólogos indígenas, mas também, e esse é foco da parte final do presente artigo, quando esses antropólogos indígenas são homens e mulheres. Expandindo-se os horizontes dos equívocos, expandem-se também as possibilidades do fazer etnográfico.

Isto nos leva a crer que dialogar somente com os homens durante a pesquisa de campo, como a maioria das etnografias já produzidas com estes

indígenas fizeram, pode produzir certas modalidades de equívocos, que seriam distintas das produzidas se, por exemplo, as pesquisas enfatizassem a centralidade da conjugalidade, como parece nos conduzir o modo como os Guaraní e Kaiowá concebem o social. Pode-se considerar que a referência central seja a presença mítica de um casal, considerados como o Primeiro Pai, *Ñanderuvusu* e a Primeira Mãe, *Ñandesy*. A conjugalidade seria aqui a chave para a compreensão do modo de produção dos coletivos guarani? De todo modo, parece ser possível afirmar que desconsiderar a presença feminina pode levar a uma série de equívocos dentro das formulações sobre este povo. Esta questão também é um convite para a reflexão sobre a exigência de atenção a estas questões, na produção de nossas pesquisas e, em especial na atuação enquanto orientadores e formadores de pesquisadores e pesquisadoras indígenas.

Analisar as produções em antropologia produzidas por mulheres guarani e kaiowá no Mato Grosso do Sul que vivem em reservas e *retomadas* possibilita destacar a contribuição das mulheres para a construção de uma antropologia indígena conectada com a vida ordinária, ritual, com os parentes, os conhecimentos, a partir de corpos e olhares de mulheres que produziram suas dissertações de mestrado e trabalhos de conclusão de curso apresentando suas preocupações, suas lógicas de análises e propondo outros modos para se pensar e fazer antropologia. Isto sugere a necessidade de refletir sobre os problemas de uma antropologia que levou etnólogos e etnólogas a considerar apenas o diálogo com os homens nas aldeias, cujo enfoque pode também se fazer presente em produções indígenas. A consideração dos temas e formas de abordagens adotados nas pesquisas realizadas por mulheres indígenas (por ex. Almeida, 2018; Veron, 2018; Pereira, 2017; Vera, 2017), possibilita imaginar que as mulheres estejam mais preocupadas com a vida na aldeia, e não com o que fazem ou pensam os não indígenas, mostrando outros caminhos para se pensar a antropologia e a antropologia indígena.

Em resumo, sugerimos que as produções indígenas produzidas por pesquisadores guarani e kaiowá respondem a demandas imediatas, conectadas com a política, com destaque para a presença do Estado e do não indígena, enquanto nas produções de pesquisadoras indígenas parece haver um foco voltado para temas como a criação da vida, as articulações com o corpo, a pessoa e luta pela terra, preocupações de outra ordem da vida, ainda que ambas sejam formas de atuação política. Isto reforça que as diferenças nas perspectivas estão atreladas com o que se faz, levando em consideração que se é homem ou mulher porque se faz coisas de homens ou de mulheres (Belaunde, Dainese, Seraguza, 2016). Senão, vejamos dois trabalhos feitos por mulheres kaiowá.

Um deles é a dissertação de Valdelice Veron, orientada por Izabel Zanetti, defendida em 2018 para obtenção do título de Mestre em Sustentabilidade

junto a Povos e Terras Tradicionais, na Universidade de Brasília, intitulada “*Tekombo’e Kunhakoty: Modo de Viver da Mulher Kaiowá*” (2018). Nela, Veron aproxima os seus conhecimentos apreendidos no *Kunhakoty*, os procedimentos realizados durante a primeira menstruação da menina, para pensar o modo de viver feminino entre os Kaiowá. Com ênfase etnográfica na retomada da terra indígena Taquara, Veron descreve em sua dissertação sua trajetória costurada com a experiência da luta pela terra, que diz acumular desde os primeiros momentos de vida, ao nascer “na beira de uma estrada” (2018, p.2). A grande referência de seu trabalho é sua mãe, sua colaboradora por excelência, *maxu ypy* Julia, considerada como a origem de sua parentela Kaiowá e seus ensinamentos. Veron especifica sua metodologia de trabalho, “O método utilizado é o que denomino de etnografia indígena, com a visão de mulher Kaiowá” (2018, p.1). Esta especificação parece importar para a pesquisadora, que sublinha o fato de que,

Os homens antropólogos que pesquisaram sobre nosso povo, não escreveram sobre esse assunto, sobre o modo de ser das mulheres Kaiowá e, quando o fizeram, foi distante, com um olhar não-indígena, regado pelo machismo e pela colonização. Eles não escutavam as mulheres, não as observavam, não sabiam que, quando estavam preparando alimento, também observavam os visitantes, enquanto eles conversavam com os homens. Esses antropólogos não conseguiam captar os comentários que as mulheres faziam para ajudar nas respostas dos homens às perguntas deles. Vi isso acontecer várias vezes com pesquisadores e outros não-indígenas que iam conversar com os homens. [...]

O que me propus a fazer, embora esteja dentro dos cânones acadêmicos, é um trabalho para meu povo e sobre meu povo, portanto, está no campo das divindades, da mata, do nosso território, da relação com diversos seres. [...] (Veron, 2018, pp.3-4.)

Veron, a partir de sua trajetória, narra o estranhamento que a ida à escola da cidade lhe causou, “devido aos gritos da professora”, “barulhos da cidade”, que lhe causavam “sofrimento, choro, desânimo, porém o apoio de minha mãe e de meu pai me auxiliou a enfrentar os desafios da escola colonizadora. Vivia assim, dividida entre a vida escolar e as retomadas das terras tradicionais, junto com meus pais, mas eu sempre sentia maior encanto na movimentação das retomadas” (2018, p.2).

Valdelice Veron se formou cedo professora kaiowá, compondo a primeira turma do Ara Vera e da Licenciatura Indígena Teko Arandu, com habilitação em Ciências Humanas. Desde então, ela percebeu a importância da formação diferenciada e como ela diminui a violência perpetrada contra as meninas kaiowá.

Tendo estudado em escolas tradicionais, observei várias situações vivenciadas pelos meninos e meninas. As meninas eram muito prejudicadas no período da sua primeira menstruação, quando precisavam ficar reclusas por quinze a trinta dias. Notei que o projeto político pedagógico das escolas não previa nenhum tratamento

diferenciado para a situação. A escola convencional, em geral, não respeita esse período, causando reprovação, ausências, mostrando o descaso da escola em relação à cultura Kaiowá. [...]. Neste período de reclusão, a menina é preparada para ser uma *maxu ypyrã* (futura articuladora da família extensa) e aprende sobre os tipos de remédios, alimentação, ensinamentos e saberes para a vida. O presente trabalho foca exatamente esse conhecimento das mulheres. (Veron, 2018, p.3).

Entre os Kaiowá e Guarani este conhecimento de mulheres aparece intimamente relacionado com a produção da vida e parece receber grande destaque para as mulheres, tanto para suas vivências, como para a prática etnográfica. A experiência dos autores na orientação e participação em bancas de dezenas de trabalhos de conclusão de cursos revelou a recorrência do interesse destas pesquisadoras indígenas em etnografar conhecimentos de mulheres⁹, com um lugar de fala delineado, e um motivo explícito: a manutenção de práticas importantes protagonizadas pelas mulheres que garantem a vida nos *tekoha*, para além das conexões com o exterior ao mundo indígena. Essa diplomacia feita para fora, nos parece um espaço sobre o qual os homens reivindicam prerrogativa, enquanto para as mulheres não há diplomacia que resista a sua prerrogativa de manter e criar a vida, por serem portadoras de sentimentos profundos que colaboram na manutenção da coesão social, mas também lhes permitem expressar os excessos, o confronto público, a declaração de guerra, implodindo os arranjos sociais estabelecidos.

O segundo trabalho é o da pesquisadora kaiowá Clara Barbosa de Almeida. Defendeu o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea – ICAL, na Universidade Federal da Integração Latinoamericana – UNILA, em Foz do Iguaçu, PR, sob a orientação de Félix Pablo Friggeri, em 2018, com o título “A luta das mulheres Indígenas Guarani e Kaiowá há quarenta anos pela reconquista do território (*yvy rupa*) no estado de Mato Grosso do Sul” (2018). Dona de sentimentos profundos, a trajetória de Clara está entremeada em seu texto com o histórico de luta de sua família e dos inúmeros despejos que vivenciou com o seu povo e que marca o seu engajamento na Pós-Graduação.

Almeida refaz os caminhos que levam as histórias das *retomadas* dos *tekoha* Laranjeira Nhanderu, onde vive, de Nhanderu Marangatu, Kunumy Vera e Guaiviry, entremeadas com a participação histórica das mulheres neste contexto de recuperação territorial. Almeida inicia sua dissertação com uma frase exclamativa onde diz “Ouçam o clamor dos nossos socorros! Estamos sendo extinguidos” (2018, p.12), e continua,

São nas áreas retomadas de todos os lugares do *tekoharã* (futuras aldeias), ondem se juntam as forças femininas e a coragem e a resistência dos povos indígenas Guarani e Kaiowá. A luta das mulheres indígenas Guarani e Kaiowá não é só a luta pela demarcação da terra, mas também pela saúde, educação e para o bem da população indígena das áreas de retomadas.

A saúde das mulheres indígenas nas áreas retomadas é muito precária, corremos altos riscos de ter doenças que não são conhecidas pelos rezadores. As mulheres indígenas por falta de cuidados específicos morrem sem cuidado médico e muitas vezes são discriminadas pelos próprios médicos por serem indígenas e não são bem atendidas e muito mais discriminadas se for das áreas retomadas nos atendimentos dos hospitais. Muitas mulheres já foram a óbito dentro do hospital do estado do Mato Grosso do Sul de várias maneiras, na cirurgia, ou medicamentos inadequados para a saúde das mulheres. Muitas vezes a negligência é maior do que o bom atendimento para populações indígenas Kaiowá e Guarani. As nossas lutas também são pelos atendimentos adequados para nossa saúde, somos mulheres indígenas, também somos humanos que nem toda a civilização do país. Precisamos de atendimentos específicos, próprios, dentro dos hospitais para diminuir a mortalidade das mulheres indígenas que estão morrendo sem saber de que elas estão morrendo. (2018, pp.15-16).

Almeida transita pelos instrumentos jurídicos, pelas agências do Estado, para tratar do perigo iminente de genocídio a que estão submetidos os Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul. Ela teme pela vida de seus parentes e sua dissertação, foi uma maneira de sistematizar os conhecimentos produzidos por seus parentes e aqueles produzidos de fora, mas que produzem consequências nefastas na vida indígena. É acima de tudo um clamor pelo fim da violência contra os povos kaiowá e guarani, pela possibilidade de vida livre, onde se possa criar as crianças, compartilhar alimentos e afetos sem medo da violência.

A demanda das mulheres indígenas pela Pós-Graduação nos parece crescente nos últimos cinco anos, mas quando a entrada é garantida, as mulheres esbarram na dificuldade de permanência. Quando os homens saem de casa para estudar, eles contam com o apoio das mulheres nos cuidados com os filhos, com a casa, com os pequenos animais, mas e quando a mulher sai, como fica a vida na aldeia? A primeira autora deste texto, presenciou a ida da primeira turma de mulheres que foi para a colheita da maçã saindo da reserva indígena de Dourados, em Dourados, MS. Naquele momento, as lideranças manifestaram preocupação, com as crianças, com as casas e com o ciúme de outras mulheres cujos maridos trabalham nas colheitas e se deslocaram até o órgão indigenista oficial pedindo para que esta instituição intervisse para que as mulheres não fossem à colheita. Nada pode ser feito pelo órgão indigenista.

Como fica a casa, a vida na aldeia, quando as mulheres saem para a graduação, para a Pós-Graduação, ou para o trabalho fora de casa? Veron, destaca o tema a partir de sua trajetória e afirma que:

As dificuldades enfrentadas foram diversas, desde a saída de minha casa até a estada no local de estudo, por não ter bolsa de estudo, por necessitar recorrer à ajuda de familiares para custear alojamentos, alimentação e passagens do lugar onde resido até Brasília. Soma-se a isso o fato de eu estar na linha de frente nas

relações com os não-indígenas nas retomadas. Tive problemas de saúde, devido à carga psicológica provocada por ameaças, perseguição, calúnia, difamação [...] (2018, p.3).

Se é um desafio para a etnologia atual compreender o que escrevem os pesquisadores indígenas sobre a alcunha de antropologia indígena, parte desse desafio parecer ser proporcionar condições para que as mulheres indígenas tenham a oportunidade de falar e escrever a partir de seus pontos de vistas, que nos parece render a compreensão dos mundos indígenas a partir de outras perspectivas. Ao que tudo indica, a partir das experiências das mulheres kaiowá, as mulheres parecem falar preferencialmente de temas diferentes dos principais temas e enfoques elegidos pelos homens, além de expressarem pontos de vistas diferentes, focados em suas próprias experiências sociais enquanto mulheres, como indicam os trabalhos de Almeida e Veron aqui discutidos.

Alguns pontos de chegada

Para fechar o percurso sinuoso realizado no presente artigo, destacamos que os trabalhos produzidos por indígenas discutidos no presente artigo, reunidos sob a rubrica antropologia indígena, apresentam várias características que permitem evidenciar suas recorrências e distinções. Destacamos: a) os variados regimes de colaboração. As escritas colaborativas, com colaboração enunciada ou não, envolvem parentes indígenas, professores não indígenas, xamãs, laboratórios, espíritos; b) as escritas se filiam a linhagens antropológicas que reforçam, testam e contestam conceitos e teorias; c) os pesquisadores indígenas questionam e se esforçam para transcender a condição de informantes, numa relação ativa e transformadora com a tradição e a cultura; d) o efeito transformador da pesquisa sobre os sujeitos que a realizam, resultando em novas formas de conexão com seus coletivos; e) a utilização de conceitos como tradução, autoria e a importância dos lugares de aprendizados; f) o estilo autobiográfico parece ser uma opção metodológica que parte do falar de si para reencontrar o lugar junto aos parentes, pois ao final o sujeito aparece re-situado e plenamente conectado com o coletivo, por fim; g) a implicação de gênero na produção etnográfica dos pesquisadores indígenas, pois se o estilo autobiográfico alinha estes trabalhos, uma das coisas que os diferencia parece ser o ponto de vista de gênero. Não levar em consideração as diferenças entre perspectivas de homens e mulheres indígenas é reduzir a diversidade do fazer antropológico indígena a uma monocultura que a teoria antropológica tem se esforçado por desfazer-se.

É preciso levar em consideração a imensa heterogeneidade dos trabalhos aqui apresentados, mesmo se tratando de uma pequena amostra. Existe uma grande riqueza nas produções intelectuais indígenas, o que nos permite refletir

sobre as contribuições que podem trazer para a disciplina antropológica, e para a renovação do fazer antropológico. E o que fica é a provocação, ainda sem resposta, mas passível de averiguações múltiplas: o que muda na antropologia e na antropologia indígena quando a descrição etnográfica é produzida a partir da perspectiva das mulheres?

Notas

¹ <http://guarani.map.as/#!/>

² Modo como os Kaiowá e Guarani definem as terras de ocupação tradicional cuja posse recuperaram, mas que ainda não dispõem de regularização fundiária.

³ Um doutor e antropologia, um doutorando em geografia e uma doutoranda em linguística.

⁴ Universidade Católica Dom Bosco, com sede em Campo Grande, também está entre as que mais formaram profissionais e pesquisadores indígenas, sendo um doutor e mais de vinte mestres, mesmo que sem oferecer processos diferenciados de escolarização, como é o caso da UFGD. Já a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul oferece um sistema de cotas, o que favorece o ingresso de muitos indígenas nos diversos cursos.

⁵ Essa questão adquire relevo e gera inquietações nos autores do presente artigo pelo fato de compartilharem a experiência de formação de professores indígenas, tanto nos cursos de graduação, quanto na elaboração de projetos de pesquisas em programas de pós-graduação, no desenvolvimento de suas pesquisas e na escrita de artigos em co-autoria.

⁶ São dezenas de bons trabalhos acadêmicos produzidos por pesquisadores e pesquisadoras kaiowá e guarani. A necessidade de recorte se dá em virtude do exíguo espaço que um artigo nos proporciona.

⁷ Tônico Benites é até agora o único antropólogo kaiowá no Mato Grosso do Sul com formação específica em antropologia. Todavia, o mestrado em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados tem 3 pesquisadores guarani e kaiowá em fase de desenvolvimento de suas pesquisas de mestrado junto ao seu povo.

⁸ Encantamento é o modo como Eliel Benites traduz o impulso inicial do conhecimento no sistema guarani. Tudo se inicia no encantamento, e sem ele não se produz conhecimento.

⁹ Vale ressaltar aqui os trabalhos de Vera (2017) e Pereira (2017) que focaram suas pesquisas de trabalhos de conclusão de curso nos conhecimentos de mulheres e as aprofundam agora no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Sociocultural da UFGD.

Referências

- ALMEIDA, CLARA Barbosa de. (2018). *A luta das mulheres Indígenas Guarani e Kaiowá a quarenta anos pela reconquista do território (yvy rupa) no estado de Mato Grosso do Sul* (Dissertação de mestrado em Integração Contemporânea da América Latina). UNILA.
- BARRETO, J.P.L & Santos, Gilton M. (2015) De peixes e homens: por uma outra antropologia. *Les Temps Modernes*, 5, p. 158-163.
- BARRETO, JOÃO Paulo. (2013). *Wai-Mahsã: Peixes e Humanos Um ensaio de Antropologia Indígena* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Amazonas.
- BENITES, ELIEL. (2014). *Oguata Pyahu (uma nova caminhada) no processo de desconstrução e construção da educação escolar indígena da reserva indígena Te'ýiku* (Dissertação de Mestrado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, Campo Grande.
- BENITES, TONICO. (2009). *A escola na ótica dos Ava Kaiowá: Impactos e interpretações indígenas* (Dissertação apresentada em Antropologia Social), Museu Nacional.
- BENITES, TONICO. (2014). *Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando): o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowá e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha* (Tese de Doutorado em Antropologia Social). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro.
- BELAUNDE, L., Dainese, G., & Seraguza, L. (2016). Sobre gêneros, arte, sexualidade e a falibilidade desses e de outros conceitos: Entrevista com Luisa Elvira Belaunde Olschewski. *Revista Ñanduty*, 5, 286 - 308.
- BRAND, ANTONIO Jacob. (1997). *O Impacto da Perda da Terra sobre a Tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra* (Tese de Doutorado em História). PUC/RS, Porto Alegre.
- ELOY, L.H. Amado & Ventura, A. dos Santos. (2015). Os Terena e o ensino superior para indígenas no MS, In Carneiro da Cunha, Manuela & Cesarino, Pedro (orgs.), *Políticas Culturais e Povos Indígenas* (pp 485-508). São Paulo: Editora Cultura Acadêmica.
- GALLOIS, D. T., Testa, A. Q., Ventura, A., & Braga, L. V. (2016) Ethnologie brésilienne. Les voies d'une anthropologie indigène. *Brésil(s)*, 9,01-28. <https://doi.org/10.4000/bresils.1897>
- JOÃO, IZAQUE. (2011). *Jakaira Reko Nheypyrũ Marangatu Mborahéi: origem e fundamentos do canto ritual jerosy puku entre os Kaiowá de Panambi, Panambizinho e Sucuri'y, Mato do Grosso do Sul* (Dissertação de Mestrado em História). UFGD, Dourados.

- KOPENAWA, DAVI e Albert, Bruce. (2015). *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Beatriz Perrone-Moisés (Trad.). São Paulo: Companhia das Letras.
- MEHINAKU, MUTUA. (2010). *Tetsualii: pluralismo de línguas e pessoas no Alto Xingu* (Dissertação Mestrado em Antropologia Social). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PEREIRA, LÚCIA. (2017). *Saberes de mulheres na reserva indígena de Amambai, aldeia Guapo'y* (Trabalho de Conclusão de Curso Licenciatura em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, Dourados.
- STRATHERN, MARILYN. (2014). Os limites da autoantropologia. In *O efeito etnográfico e outros ensaios* (133-158). São Paulo: Cosac & Naify.
- VERA, KELLY Duarte. (2017). *Conhecimentos, práticas e rituais envolvidos na preparação das meninas guarani e kaiowá para o teko porã* (Trabalho de Conclusão de Curso Licenciatura Intercultural Indígena). Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, Dourados.
- VERON, VALDELICE. (2018). *Tekombo'e Kunhakoty: Modo de Viver da Mulher Kaiowá* (Dissertação de Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais). Universidade de Brasília - UnB.
- WAGNER, ROY. (2010). *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac & Naify.